

RECURSO ESPECIAL Nº 1.689.330 - PR (2017/0188601-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : MARLI ROSA DOS SANTOS
ADVOGADOS : LEANDRO AUGUSTO BUCH - PR060471
PAULO TEXEIRA MARTINS - PR052711
ELTON EIJI SATO - PR074381
RECORRIDO : ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS SICREDI LTDA
ADVOGADOS : VERA REGINA MARTINS - RS034607
ROSANGELA DA ROSA CORREA - PR034524

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Marli Rosa dos Santos no qual se alega violação dos arts. 11, 489, 504, I, 1.025 e 1.029 do Código de Processo Civil de 2015; 93, IX, da Constituição Federal; e 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 521):

APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. 1. PREJUDICIALIDADE EXTERNA COM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. QUESTÃO ANALISADA ATRAVÉS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO (1.415.737-4). PRECLUSÃO. 2. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENVIADA AO ENDEREÇO CONSTANTE NO CONTRATO E RECEBIDA POR TERCEIRO. VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO PARA EFEITO DE CONSTITUIÇÃO EM MORA. SENTENÇA MANTIDA.

1. Há de se ter como preclusa e insuscetível de conhecimento em sede de Apelação Cível a matéria já discutida e apreciada em decisão transitada em julgado, impugnada via Agravo de Instrumento.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que em se tratando de busca e apreensão decorrente de alienação fiduciária, a mora deve ser comprovada por meio de notificação extrajudicial a ser entregue no domicílio do devedor, sendo dispensada a notificação pessoal.

Apelação Cível parcialmente conhecida e não provida.

A recorrente opôs embargos de declaração, que foram rejeitados, conforme a seguinte ementa (fl. 541):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA.

Os embargos de declaração são cabíveis somente para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgado, ou ainda, para sanar erro material. Ausente qualquer dessas hipóteses, devem ser rejeitados os aclaratórios.

Embargos de Declaração rejeitados.

Alega a recorrente que o Tribunal de origem não analisou os seus argumentos trazidos nos embargos de declaração opostos às fls. 530/535.

Sustenta que "em toda ação que se pleiteia a tutela, sendo esta deferida ou não, a mesma deve ser reanalisada ao final, a fim de que se confirme a decisão, conforme art. 1.012, § 1º, V, do NCPC" (fl. 563).

Afirma, por fim, que a mora da devedora não foi regularmente constituída.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que procede a alegação de violação dos arts. 11 e 489 do CPC/2015, quanto à falta de manifestação sobre as seguintes questões: "a) a recorrida tinha ciência do endereço atual da recorrente desde 24/11/2014; b) a recorrida enviou a notificação que pretendia constituir a recorrente em mora em 04/12/2014" (fl. 556).

Com efeito, observo que a recorrente, nos embargos de declaração opostos às fls. 530/535, buscou a manifestação do acórdão recorrido no tocante às referidas questões.

O Tribunal de origem, todavia, instado a se pronunciar não enfrentou, de forma específica, a controvérsia, o que configura, de fato, a ofensa aos arts. 11 e 489 do CPC/2015.

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração e determinar que outro seja proferido, sanando-se a

Superior Tribunal de Justiça

omissão nos termos acima. Ficam prejudicadas as demais questões tratadas no recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora